



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 594/2026

Pregão Eletrônico nº 03/2026/SAAE-NBO

Objeto: Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de pregão eletrônico nº 03/2026 para fins de Formação de Registro de Preço para futura Aquisição de produto químico (SULFATO DE ALUMÍNIO GRANULADO) para utilização no tratamento de água da ETA, para o tratamento de Água e Esgoto do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

PARECER

1. Relatório:

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 19 de fevereiro de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito,

O certame anterior, Pregão Eletrônico nº 02/2026/SAAE-NBO, foi declarado **fracassado** em 08 de abril de 2026, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico de mesma data, em razão da **incompatibilidade entre o valor estimado pela Administração e os valores praticados no mercado**, consoante manifestações expressas dos licitantes participantes – CALDAS QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ 01.591.897/0001-38) e SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ 60.858.131/0001-36).

Em decorrência do **fracasso**, foi exarado o Despacho nº 147/2026 de id nº 268383 pelo Pregoeiro, determinando a **revisão da pesquisa de preços** e do Termo de Referência, com a recomendação de que os valores ofertados no certame fracassado fossem utilizados como parâmetro para a **nova estimativa**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ato contínuo, o Despacho nº 149/2026 de id nº 268608 consignou as **atualizações realizadas na pesquisa de preços**, esclarecendo que os valores anteriormente considerados foram **desconsiderados por não refletirem a realidade de mercado**, e que **nova análise de cotação** foi elaborada com base nas propostas do certame fracassado e em pesquisa de preços realizada em sítio eletrônico de domínio amplo, resultando em estimativa mais aderente ao mercado atual.

O Despacho nº 150/2026 de id nº 268640 encaminhou o processo para **análise e controle de legalidade do Edital do novo certame e seus anexos**, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, registrando ainda a ausência de cotas reservadas para ME/EPP/MEI, justificada pela localidade das empresas participantes da pesquisa de preços, em consonância com o art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. Pressuposto Jurídico:

O presente parecer jurídico tem a finalidade de **assessoramento no controle prévio de legalidade**, conforme previsto no art. 53, caput, da Lei nº 14.133/2021, não tendo determinação legal que imponha a fiscalização posterior do cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.

Cumprе destacar que um dos pressupostos para a realização de licitação é o pressuposto jurídico, que implica na **necessidade de licitar** com o objetivo de **atender ao interesse público**. No caso em análise, trata-se da aquisição de **insumo essencial ao tratamento de água e esgoto do Município**, cuja continuidade do fornecimento é imprescindível à saúde pública local.

Importa ressaltar que a **Procuradoria não realiza exame de mérito** sobre as justificativas do certame, salvo quando estas sejam evidentemente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado. No presente caso, não há elementos que indiquem tal incompatibilidade.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.1. Da Revisão da Pesquisa de Preços e do Valor Estimado:

A **revisão da pesquisa de preços** decorreu da constatação objetiva de que os valores inicialmente estimados pela Administração mostraram-se **incompatíveis com a realidade de mercado**, fato corroborado pelas manifestações dos licitantes participantes do certame fracassado, que indicaram expressamente a impossibilidade de oferta dentro dos parâmetros orçados, em razão dos altos custos de matéria-prima e de transporte.

O art. 23 da Lei nº 14.133/2021 determina que o valor estimado da contratação seja obtido mediante pesquisa de preços no mercado, com utilização de metodologia que reflita as condições reais de fornecimento.

Neste sentido, a consideração das propostas apresentadas no certame fracassado como parâmetro de mercado é medida não apenas razoável, mas expressamente prevista no ordenamento jurídico vigente, consoante orientações emanadas pela Administração Pública Federal.

O Despacho nº 149/2026 de id nº 268608 esclarece que as cotações anteriormente utilizadas foram **afastadas por não refletirem os preços praticados atualmente**, tendo a nova estimativa sido fundamentada em fontes idôneas e atuais, o que confere regularidade formal ao procedimento.

2.2. Das Peças Técnicas do Processo:

No que tange às peças técnicas do processo, destaca-se que a elaboração do ETP, bem como das demais peças técnicas inerentes à contratação, a exemplo do TR, que especifica a modalidade de licitação, o tipo de licitação e os prazos previstos para o certame, estão em conformidade com a legislação aplicável.

Nota-se que no processo prevê a escolha pela **modalidade pregão eletrônico** estando em conformidade com a legislação vigente, sendo está a modalidade





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 08 (oito) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a modalidade escolhida, **pregão eletrônico**, encontra-se adequada e em conformidade com a legislação, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme o disposto no art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura das propostas.

Com base no Decreto nº 1.449/2022, Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e IN SEGES/ME nº 81/2022, a Administração Pública deve apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes à contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MR e TR**.

No presente processo, tais documentos foram juntados nos ids nº 258048 (DFD), 263414 (ETP e Mapa de Risco), e 268605 (TR), em conformidade com as exigências legais. Importante ressaltar que o **DFD; ETP e MR** já foram analisando no parecer de id nº 265329.

Quanto ao **TR de id nº 268605**, verifica-se conformidade com o **art. 16, §1º, do Decreto nº 1.449/2022, art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, além do **art. 19 do Decreto nº 1.449/2022** e do **art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõem sobre as informações necessárias no TR para contratações visando a aquisição de bens e serviços.

Assim, a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, conforme demonstrado na **Análise de Cotação nº 01/2026 de id nº 268604 - atualizada**.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Pregoeira no Despacho nº 150/2026 de id nº 268640, solicitou análise e manifestação quanto à minuta do edital e seus anexos, assim verifica-se que essa respeita os parâmetros legais, assim **não há óbice à sua utilização** no presente certame.

No presente caso, em atenção ao **art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021**, quanto à adequação orçamentária, verifica-se que o TR dispõe no item 10.2 que a indicação da dotação orçamentária ficará postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Considerando que se trata de **Sistema de Registro de Preços**, a indicação prévia da dotação orçamentária não é obrigatória nesta fase, uma vez que a Ata não gera obrigação imediata de contratação.

Assim, a exigência de dotação orçamentária deverá ser observada no momento da formalização do contrato ou da emissão do empenho correspondente, não havendo irregularidade na previsão constante do TR.

A **minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2026/SAAE-NBO de id nº 268631** fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/2021 e, no que couber, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, encontrando-se em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

A **minuta da Ata de Registro de Preços de id nº 268631** segue o modelo padronizado amplamente utilizado na Administração Pública, estando em consonância com as melhores práticas de gestão pública e com as orientações dos órgãos de controle externo. A ausência de assinatura nesta fase não compromete a legalidade, por se tratar de minuta preliminar, cuja formalização ocorrerá após a homologação do certame.

No que tange à **publicação do edital**, deverá ser observado o disposto no art. 54, caput e §1º, combinado com o art. 94, da Lei nº 14.133/2021, com a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como a publicação do extrato no Diário Oficial do Estado e demais meios legalmente exigidos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.3. Da Inaplicabilidade das Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI:

O Despacho nº 150/2026 de id nº 268640 registrou a ausência de divisão de cotas reservadas para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (ME/EPP/MEI), justificada pela **localidade das empresas que participaram da pesquisa de preços**.

O art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 autoriza a Administração a não realizar a reserva de cotas quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. A justificativa apresentada encontra amparo legal, não havendo, portanto, irregularidade na opção pela não adoção das cotas reservadas no presente certame.

3. Conclusão:

Após análise dos documentos constantes no processo, conclui-se que o processo administrativo e a **minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2026/SAAE-NBO de id nº 268631** encontram-se em conformidade com a legislação vigente, não havendo óbice jurídico ao prosseguimento do certame.

A **revisão da pesquisa de preços** e a **nova estimativa de valor** foram **devidamente fundamentadas**, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, conferindo regularidade ao procedimento. A minuta do Edital, a minuta da Ata de Registro de Preços e os demais documentos que compõem a fase interna da licitação apresentam conformidade formal com a legislação vigente, não se identificando vícios que impeçam o regular prosseguimento do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A opção pela **não adoção de cotas reservadas para ME/EPP/MEI** está amparada no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme justificado no Despacho nº 150/2026.

Assim, não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento do certame, ficando a análise de conveniência e oportunidade administrativa a cargo da autoridade competente.

É o parecer, sujeito à manifestação do superior.

Nova Brasilândia D'Oeste, 09 de abril de 2026.

Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira
Sub Procuradora do Município
Portaria nº 12/GP/2025
OAB/RO 11.444

